

A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro na Cooperação Internacional em Defesa e Segurança na Fronteira Brasil–França

The Brazilian Army's Military Diplomacy in International Cooperation in Defense and Security on the Brazil-France Border

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.140375>

José Maria Sydow de Barros
Instituto Meira Mattos - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, Brasil
jmsydow@hotmail.com  

Celso Montenegro Justo
Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, Brasil
cmonte2005@gmail.com  

Resumo

A porção setentrional do território brasileiro apresenta particularidades bastante significativas, por se tratar de uma fronteira, na região amazônica, com a França, importante *player* do cenário internacional. A partir do final do século XX, os dois países passaram a estreitar suas relações bilaterais, após firmarem o Acordo-Quadro de Cooperação, em 1996. Desta forma, a partir de uma abordagem qualitativa, empregando as técnicas da pesquisa bibliográfica e observação participante, o presente artigo tem por objetivo geral analisar a contribuição da diplomacia militar brasileira para o incremento da cooperação, na área de defesa e segurança, na fronteira entre Brasil e França. Para isso, discute-se o conceito de diplomacia militar, bem como a natureza das ameaças existentes na fronteira entre os dois países. Ainda, a partir das atividades desenvolvidas pelo Exército Brasileiro naquela região, argumenta-se que a diplomacia militar brasileira é bastante ativa e significativa, contribuindo para a cooperação na área de defesa e segurança.

Palavras-chave: Diplomacia Militar; Fronteira Brasil–França; Defesa e Segurança.

Abstract

The northern portion of the Brazilian territory presents very significant particularities, as it is a border, in the Amazon region, with France, an important player in the international scenario. From the end of the twentieth century, both countries began to strengthen their bilateral relations, after signing the Framework Cooperation Agreement in 1996. Therefore, from a qualitative approach, employing the techniques of bibliographic research and participant observation, the general objective of this article is to analyze the contribution of Brazilian military diplomacy to the increase of cooperation, in defense and security areas, on the border between Brazil and France. To this end, the concept of military diplomacy is discussed, as well as the nature of the threats existing on the border between the two countries. Still, based on the activities developed by the Brazilian Army in that region, it is argued that Brazilian military diplomacy is very active and significant, contributing to cooperation in defense and security areas.

Keywords: Military Diplomacy; Brazil-France Frontier; Defense and Security.

Recebido: 24 Maio 2024
Aceito: 18 Novembro 2024

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A porção setentrional do território brasileiro possui uma peculiaridade bastante significativa, por se tratar de uma extensa fronteira com a França, na Guiana Francesa, constituindo-se como a maior fronteira terrestre daquele país. Trata-se, ainda, do “único caso no mundo de interface de um território físico europeu com um sul-americano” (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 133).

O Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa por meio do estado do Amapá, que, além de possuir cerca de 730 km de extensão, é um espaço geográfico que possui uma dupla condição: uma estratégica e, ao mesmo tempo, outra periférica (PORTO, 2010). Esse viés estratégico decorre da presença, do outro lado da fronteira, de um país europeu, potência nuclear, membro da União Europeia (UE), além da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do P5, o grupo dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Ademais, na Guiana Francesa existe uma área científica de ponta, “que representa um desafio estratégico não só para a França, mas também para a Europa”¹ (FRANÇA, 2013, p. 50, tradução nossa), devido à existência do Centro Espacial da Guiana (CSG), na região de Kourou, importante base de lançamento espacial (SUPERTI; SILVA, 2015). Além disso, é importante ressaltar que o Amapá também é um espaço litorâneo, cuja capital, Macapá, está estrategicamente localizada na Foz do Rio Amazonas.

Por outro lado, o viés periférico se deve à pequena expressão política e econômica que o Amapá tem no contexto nacional. A região se caracteriza como um grande vazio demográfico, que, de acordo com Denys e Parzianello (2021, p. 5), “associado a baixos índices de desenvolvimento podem comprometer a defesa nacional nessa fronteira incomum com a França (Guiana Francesa)”. Desta forma, é lícito concluir que essas características tornam a fronteira bastante porosa.

Por isso, a Política Nacional de Defesa (PND) do Estado brasileiro frisa que as fronteiras demandam atenção, visto que, naquela região, as atividades ilícitas assumem natureza transnacional, exigindo uma estreita cooperação com os países limítrofes (BRASIL, 2020). Assim, o Brasil, orientado por sua Estratégia Nacional de Defesa (END), vem buscando uma maior interação com a França na área de defesa, especificamente na fronteira com a Guiana Francesa. Após um período de bastante aproximação entre Brasil e França, materializada pela contratação da Missão Militar Francesa (1919–1940), após a Segunda Guerra Mundial e até o final do século XX, a relação entre os dois países foi bastante instável e marcada por momentos críticos, como o episódio conhecido como Guerra da Lagosta, o principal atrito nas relações diplomáticas franco-brasileiras, que marcou uma linha tênue de quase beligerância entre os países.

Um marco da reaproximação entre os dois países foi a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Franco-Brasileiro, em 1996, que “mencionava, pela primeira vez, o estabelecimento de uma cooperação transfronteiriça entre autoridades nacionais e locais”. Do ponto de vista brasileiro, o acordo tornaria possível a “interface de parcerias econômicas futuras envolvendo o Brasil, pelo Amapá, e a Europa” (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019, p. 6).

Na atualidade, verifica-se uma maior interação franco-brasileira, especialmente na área de defesa e segurança, sendo bastante perceptível quando observada por meio das inúmeras atividades da diplomacia militar conduzidas pelo Exército Brasileiro (EB) junto às *Forces Armées en Guyane* (FAG). Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da diplomacia militar para o incremento da cooperação, na área de defesa e segurança, na fronteira entre Brasil e França.

Este estudo se fundamenta nas contribuições teóricas da Escola de Copenhague, principal defensora da análise da segurança internacional por meio de uma perspectiva regional. Em especial, na teoria da securitização, que afirma que a securitização de temas como o meio ambiente, fluxos migratórios ou o garimpo ilegal representariam um potencial risco para a soberania ou poder de um determinado estado, a partir da percepção de que eles não seriam mais vistos a partir de uma ótica exclusivamente estatal (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

¹ Versão no original: “Cette zone représente un enjeu stratégique non seulement pour la France, mais aussi pour l’Europe”.

Em termos metodológicos, para alcançar o objetivo proposto, o presente estudo adota uma abordagem qualitativa e, ainda, empregada duas técnicas de geração de dados: a pesquisa documental e a observação participante. Para a primeira técnica, foram usadas fontes primárias, como os documentos de defesa dos dois países, e fontes secundárias, materializadas em artigos acadêmicos, teses e dissertações acerca do tema. Quanto à segunda técnica empregada, é importante clarificar que os autores tiveram uma participação direta em muitas das atividades de cooperação que serão apresentadas neste estudo, possibilitando uma maior profundidade e uma visão mais prática sobre o papel da diplomacia militar do EB no recorte geográfico proposto (ABIB; HOPPEN; HAYASHI JUNIOR, 2013).

Para isso, além da introdução e das considerações finais, este artigo está estruturado em três seções: na primeira, serão abordados alguns conceitos sobre a diplomacia militar. Em seguida, serão discutidas as ameaças presentes na fronteira entre Brasil e França, especificamente no campo da defesa e segurança. Por fim, na última seção, pretende-se apresentar as contribuições da diplomacia militar do EB para essa cooperação.

Aspectos gerais da diplomacia militar

Tradicionalmente, no caso dos Estados modernos, as negociações diplomáticas estão subordinadas a um Ministério das Relações Exteriores, ou outra instituição com atividades análogas em âmbito nacional. Contudo, muitas vezes, esses órgãos têm que conviver “com as possibilidades de diplomacias setoriais conduzidas pelos outros órgãos governamentais que atuam na cena internacional”, como, por exemplo, a diplomacia militar (SILVA, 2014, p. 45; GRIGOLI; CASTRO, 2022).

Durante a Guerra Fria, surgiram as primeiras referências sobre a diplomacia militar, que era exercida, basicamente, no formato de uma cooperação militar, cujo objetivo principal era a formação de alianças estratégicas dentro de cada um dos blocos antagônicos (SILVA, 2014). Porém, com o fim daquele período, surgiu uma nova abordagem para a diplomacia militar. De acordo com Silva (2014, p. 132), a “mudança para um contexto de multipolaridade, de diversificação das ameaças, das regiões de possível atuação das Forças Armadas e de incremento do número e da diversidade de atores torna a interação dos militares mais complexa”. Nessa nova perspectiva, as relações militares passaram a ser mais construtivas e colaborativas, com a finalidade de buscar o desenvolvimento de um ambiente de maior confiança entre os Estados (COTTEY; FOSTER, 2004).

Muitos autores utilizam os termos diplomacia militar e diplomacia de defesa indistintamente, contudo, alguns defendem serem conceitos distintos. Em resumo, a diferença se encontra nos agentes, meios e recursos empregados por ambas. A diplomacia militar é aquela praticada pelas Forças Armadas, ou seja, pelo componente uniformizado, empregando os meios e recursos militares; por outro lado, a diplomacia de defesa possui um caráter mais abrangente, visto que é implementada pelos ministérios da defesa ou seus congêneres, empregando todos os seus meios e recursos, quer sejam militares ou civis (MUTHANNA, 2011, p. 2).

Aprofundando um pouco mais sobre a diferença entre os dois termos, Du Plessis (2008) destaca que a diplomacia militar pertence exclusivamente ao domínio dos militares e das Forças Armadas, excluindo as preocupações de segurança mais amplas, a intenção proposital e a infraestrutura (civil) relacionada à diplomacia de defesa. Nessa mesma direção, Silva (2014, p. 98) afirma que:

A diplomacia de defesa envolve um conjunto de aspectos e tarefas não relacionados especificamente com questões técnico-militares, tratando de temas políticos estratégicos e, muitas vezes, daqueles relacionados com a ajuda humanitária e ao desenvolvimento. Assim sendo, a diplomacia de defesa incorpora, também, uma dimensão de natureza não essencialmente militar relacionada com a segurança.

O termo diplomacia militar ainda é pouco debatido no meio acadêmico brasileiro, causando estranheza em boa parte dos estudiosos das áreas de Ciências Políticas e Relações Internacionais, uma vez que “o uso do poder militar e das Forças Armadas têm sido estudados e entendidos como instrumento e parte da Política Externa sob a ótica do realismo, na condução de guerras, e não como parte integrante da diplomacia” (LANDIM, 2014, p. 25).

Em que pese o conceito de diplomacia militar não seja muito disseminado no âmbito sul-americano, esse conceito é largamente difundido em outros países. Em se tratando deste assunto, a França, juntamente com EUA, Reino Unido e outras nações da OTAN, “podem ser considerados os líderes mundiais em diplomacia militar” (MUTHANNA, 2011, p. 8, tradução nossa)², possuindo políticas e programas muito focados e relativamente transparentes na utilização dessa diplomacia (MUTHANNA, 2011).

Especificamente quanto à diplomacia militar brasileira, no caso do EB, compete à 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) a formulação das políticas e diretrizes estratégicas para as atividades do Exército na área internacional, bem como é responsável pela coordenação e execução destas atividades. Para isso, foi formulada a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), que estabelece as orientações para o planejamento e as ações do EB na área internacional (BRASIL, 2020a).

A referida diretriz aborda o seguinte entendimento para a diplomacia militar:

A Diplomacia Militar, entendida como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da Política Externa do País, visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial (BRASIL, 2020a, p. 3).

É a partir desta perspectiva que será abordada a cooperação internacional no campo da defesa e da segurança na fronteira franco-brasileira. Antes, porém, é importante compreender a complexidade das ameaças presentes naquela região, conforme será discutido na próxima seção.

As ameaças na fronteira Brasil- França no campo da defesa e segurança

A END define as estratégias que deverão nortear as ações de defesa da Pátria, frisando que “a proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País”. Ademais, ressalta que “o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais”, deve ser uma prioridade (BRASIL, 2020, p. 33). Logo, verifica-se que há uma preocupação explícita por parte do Brasil com o tema da “internacionalização da Amazônia”, mais especificamente ao controle e à gestão soberana da Amazônia brasileira.

Seguindo a definição proposta por Medeiros Filho (2020), a natureza das ameaças existentes na área de fronteira pode ser analisada sob duas dimensões: a geopolítica e a securitária. “A primeira está relacionada à soberania *westfaliana* e à função precípua de qualquer força armada: a garantia da integridade territorial do Estado Nacional”, enquanto a segunda “diz respeito à soberania doméstica e à ameaça de surgimento naquele espaço de “zonas cinzentas”, em que o Estado teria dificuldades de aplicar de forma efetiva o monopólio da violência legítima, abrindo espaço para a proliferação de ilícitos de toda ordem” (MEDEIROS FILHO, 2020, p. 38-39).

Na fronteira do Brasil com a França, essas duas dimensões estão intimamente relacionadas com a dupla condição do estado do Amapá abordada anteriormente (estratégica e periférica), que viabiliza a presença de inúmeras ameaças na fronteira daquele estado com a Guiana Francesa. De acordo com Denys e Parzianello (2021, p. 9), “a importância dessa

² Versão no original: “[...] could be considered the world’s leaders in military diplomacy”.

fronteira, dadas as dimensões e a relevância do estado fronteiriço, a França, por si só, deve atrair a atenção do Estado brasileiro para a presença na região, com ações estratégicas de defesa e cooperação internacional bilateral”.

Naquela região fronteiriça, as ameaças de natureza geopolítica são robustecidas pela condição estratégica do Amapá, que possui um relevante potencial, exigindo prioridade nas ações do Estado brasileiro. O Amapá possui uma “estrutura portuária capaz de receber embarcações de 11 metros de calado – semelhante aos principais portos da América do Sul” (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 139). Nos últimos anos, esse potencial tem sido mais explorado, por meio de uma rota marítima que liga a cidade de Santana a cerca de 150 países, reduzindo o custo de transportes (SUPERTI; SILVA, 2015).

Nesse cenário, em 2022, o Porto de Santana movimentou 217 mil toneladas de soja e 210 mil toneladas de milho, um aumento de 182% em relação ao ano de 2021. Essa movimentação recorde acompanha o aumento das exportações de grãos pelos portos do Arco Norte, que, em 2022, superaram o volume de grãos exportados pelo Porto de Santos, o maior complexo portuário da América Latina (DOCAS DE SANTANA, 2023). Esses números materializam a importância estratégica da Foz do Amazonas para o escoamento da produção de *commodities* do Brasil para o mercado exterior.

Ainda no campo geopolítico, é imperativo ressaltar os trabalhos de prospecção da Petrobrás na costa litorânea do estado, no bloco Amapá – Águas Profundas, parte da chamada Margem Equatorial Brasileira, que detém um importante potencial para exploração de petróleo e gás, que pode garantir a demanda energética do País (PETROBRAS, 2024).

Em que pese todo o potencial estratégico do Amapá, segundo Superti e Silva (2015, p. 134), “atualmente 72% do território do estado são protegidos pela demarcação de terras indígenas (10%) e pela criação de áreas de proteção ambiental estadual, federal e privada (62%)”, impactando o processo de urbanização do estado, que, além de ser a única capital do Brasil que não possui ligação rodoviária com a capital de outros estados, “possui 75% de sua área coberta pela floresta amazônica, sendo conhecido como o estado mais preservado do Brasil” (TOSTES; FERREIRA, 2016, p. 75).

Essas características materializam a condição periférica do Amapá e, ainda, um espaço propício para a existência das ameaças na dimensão securitária, que estão relacionadas à necessidade de manutenção da soberania doméstica no grande vazio demográfico que caracteriza o estado. Atualmente, tais ameaças podem ser consideradas mais urgentes quando comparadas àquelas de natureza geopolítica, visto que têm sua “origem na carência de presença do Estado e/ ou na degradação funcional (prover serviços básicos à população) e territorial de sua função pública (exercer o império da lei), conjugado à criminalidade transnacional” (MEDEIROS FILHO, 2020, p. 85).

Essa maior urgência pode ser explicada pelo surgimento, a partir da década de 70, quando a tensão nuclear entre EUA e URSS amadureceu, dos primeiros questionamentos acerca daquela abordagem tradicional de segurança, centrada na soberania do Estado e sua integridade territorial, obtida por meio do fortalecimento do aparato militar das nações (BUZAN; HANSEN, 2009), que culminou com o desenvolvimento de todo um arcabouço teórico, como o conceito de securitização, conforme já abordado. Assim, a partir da prática discursiva, uma situação poderia ser interpretada como uma potencial ameaça para um Estado, permitindo a adoção de medidas excepcionais, ou seja, uma justificativa para uma eventual intervenção (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Considerando a fronteira com a Guiana Francesa, que se constitui como território de um importante *player* do sistema internacional, “cresce em importância os discursos dos presidentes franceses, François Mitterrand, em 1989, que defendeu a necessidade do Brasil aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (BENATTI, 2007 *apud* DENYS; PARZIANELLO, 2021, p. 18), ou de Emmanuel Macron, na 45ª Reunião de cúpula do G7, em 2019, ao sugerir que a questão das queimadas na Amazônia fosse considerada um problema internacional e ganhasse absoluto destaque nas discussões da cúpula (MORAES *et al.*, 2021), podendo ser atribuído “um *status* internacional à Amazônia, caso algum Estado soberano tomasse decisões que se opusessem ao interesse de todo o Planeta” (MEDEIROS FILHO, 2020, p. 85).

Além disso, verifica-se que a securitização é uma temática explícita nos documentos de defesa franceses. A *Loi de Programmation Militaire* (LPM) 2024-2030, ao discorrer sobre as ameaças à França, especifica que:

Os efeitos acelerados do aquecimento global, possivelmente associados a uma crise alimentar global, podem exacerbar os fenômenos migratórios e criar novos focos de tensão. Os nossos territórios ultramarinos estariam cada vez mais expostos às consequências para a segurança destas tendências subjacentes, que podem exigir um compromisso reforçado das Forças Armadas³ (FRANÇA, 2023, p. 5, tradução nossa).

Essas declarações demonstram a pertinência da preocupação brasileira com a manutenção de sua soberania na fronteira amazônica, em especial na fronteira com a Guiana Francesa, uma vez que o Amapá possui uma condição periférica bastante significativa, que favorece e agrava a existência das ameaças de natureza securitária em sua fronteira. Naquela área fronteira, uma importante temática de tensão é o garimpo ilegal. Uma porcentagem considerável dessa atividade ilícita realizada na Guiana Francesa é praticada por garimpeiros brasileiros que entram ilegalmente no território francês. Nesse cenário, a França intensificou sua presença militar no combate à extração ilegal de ouro em seu território, desencadeando, desde 2008, a Operação *Harpie*, que se resume no emprego permanente das FAG contra o tráfico ilegal, a pesca ilegal, a pilhagem da riqueza pesqueira e a garimpagem ilegal de ouro (SUPERTI; SILVA, 2015; ANDRADE, 2020; FRANÇA, 2023a).

Em março de 2023, um brasileiro foi preso na Guiana Francesa, acusado de matar um membro da *Gendarmerie Nationale*, que atuava no contexto da Operação *Harpie*. Na França, o crime causou grande comoção e o presidente francês, Emmanuel Macron, realizou uma grande homenagem póstuma ao agente morto, elogiando sua coragem nas ações de combate ao garimpo ilegal (FITZPATRICK, 2023). Situações como esta materializam a constante tensão existente na região, relacionada às atividades ilícitas, as quais têm grande potencial de se constituírem como o estopim de uma crise de maiores proporções entre as nações vizinhas, conforme destaca Medeiros Filho (2020, p. 86), “as ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas pelos Estados, mas na incapacidade destes de adotarem políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais”.

Embora uma parcela significativa da sociedade brasileira não despenda a devida atenção para essas ameaças de natureza geopolítica e securitária presentes na região fronteira, “percebe-se entre os militares brasileiros uma preocupação muito maior com a cobiça internacional sobre a Amazônia” (MEDEIROS FILHO, 2020, p. 84).

Orientado pelos documentos de Defesa do País, o EB tem baseado sua estratégia para a defesa da região amazônica em duas vertentes: a presença e a dissuasão. Assim, a fim de fortalecer sua presença no estado do Amapá e garantir a dissuasão necessária para fazer frente às ameaças presentes na região, em 2017, o EB criou sua mais nova brigada: a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (22ª Bda Inf SI), sediada em Macapá, cuja área de responsabilidade engloba três prioridades da PND e END – Fronteiras, Amazônia e Atlântico Sul (MACHADO, 2022).

No que se refere à vertente *presença*, entre os principais objetivos da implantação da Brigada Foz do Amazonas, como é conhecida, destaca-se a criação de empregos e a geração de renda no Amapá, por meio do serviço militar, melhorando a qualidade de vida em Macapá – AP. Em relação à vertente *dissuasão*, o principal objetivo foi ampliar a capacidade operacional da Força Terrestre na região, uma vez que a implantação da 22ª Bda Inf SI, que ainda se encontra em andamento, busca atingir o “Objetivo Estratégico do Exército n.º 1 (OEE 1): Aprimorar a Capacidade de Dissuasão” (BRASIL, 2024, p. 7).

Assim sendo, é lícito afirmar que as ações de cooperação, no campo da defesa e segurança, na fronteira entre Brasil e França, especialmente no nível tático, tornaram-se mais ativas e foram fortalecidas com a implantação da 22ª Bda Inf SI, principalmente devido às atividades da diplomacia militar desenvolvidas entre os dois países, conforme será abordado na próxima seção.

³ Versão no original: “L'accélération des effets du réchauffement climatique, possiblement doublée d'une crise alimentaire mondiale, pourrait exacerber les phénomènes migratoires et créer de nouveaux foyers de tension. Nos territoires ultramarins se trouveraient de plus en plus exposés aux conséquences sécuritaires de ces tendances de fond, susceptibles de requérir un engagement renforcé des armées”.

A diplomacia militar do exército brasileiro na cooperação, na área de defesa e segurança, entre Brasil e França

O surgimento das chamadas novas ameaças à segurança dos Estados, muitas delas de caráter transnacional, fez com que as Nações procurassem fortalecer a cooperação com os países fronteiriços, a fim de alcançar maior sucesso e melhor eficácia no combate aos delitos comuns, que não reconhecem, tampouco respeitam, a delimitação das fronteiras. Coutinho e Bastos ressaltam que “as Políticas Externa e de Defesa são complementares e indissociáveis”. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo são de grande interesse e importância para o Brasil” (2022, p. 76). É nesse panorama que a diplomacia militar surge como um instrumento importante na cooperação entre os Estados.

A PND brasileira tem a cooperação como tema central, destacando que:

As fronteiras demandam atenção, [...] ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes (BRASIL, 2020, p. 16).

Nessa mesma direção, em seus documentos de defesa de mais alto nível, a França também salienta a importância de manter um estreito relacionamento com os seus vizinhos:

A defesa e a segurança dos territórios ultramarinos devem ter sistematicamente em conta o seu ambiente regional. Assim, no que se refere à luta contra a pesca ilegal ou a exploração ilegal de ouro na Guiana Francesa [...] a França deve esforçar-se por envolver melhor os seus vizinhos, em particular o Brasil e a União das Comores, na luta que prossegue contra estas ameaças e as suas consequências⁴ (FRANÇA, 2013, p. 111, tradução nossa).

É importante destacar que a cooperação franco-brasileira no campo da defesa e segurança alcançou um novo patamar a partir de 2008, quando foi firmada a Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa (MARQUES, 2014). No escopo dessa parceria, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em 29 de janeiro de 2008, estabelece que:

Artigo 3 - 1.A cooperação entre as Partes em matéria de defesa tem por objetivo promover as atividades militares, as atividades relacionadas aos equipamentos e sistemas militares, bem como o intercâmbio nas questões de defesa e segurança e toda atividade no domínio da defesa que as Partes julgarem de interesse mútuo [...] (BRASIL, 2016).

Conforme destacam Silva e Granger (2016, p. 39), “as formulações estratégicas da política externa da França e do Brasil diferem em termos de concepção e operacionalidade”, pois se trata da interação física entre um espaço sul-americano e um espaço europeu, no que se refere aos aspectos jurídicos e administrativos. Contudo, em que pese a existência de inúmeros desafios institucionais para o fortalecimento de uma cooperação transfronteiriça, especialmente nos campos econômico, político e social, no campo da defesa e segurança, especialmente no nível tático, é possível afirmar que a interação entre os dois países é bastante pujante.

Com base nas ideias-força capacitação, cooperação e integração, presentes na DAEBAI, e a fim de facilitar a discussão e materializar as atividades da diplomacia militar desenvolvidas pelo EB junto às FAG, elaborou-se a seguinte

⁴ Versão no original: “La défense et la sécurité des outre-mer doivent prendre en compte de façon systématique leur environnement régional. Ainsi, s’agissant de la lutte contre la pêche illicite ou contre l’orpaillage clandestin en Guyane [...] la France doit s’employer à mieux associer ses voisins, notamment le Brésil et l’Union des Comores, à la lutte qu’elle poursuit contre ces menaces et leurs conséquences”.

categorização, contendo os instrumentos da diplomacia militar, a partir do esquema visual apresentado por Studart (2019, p. 71).



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Studart (2019).

No que tange às Reuniões Bilaterais, os dois países realizam as chamadas Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM), cuja finalidade é promover o estreitamento de “laços de cooperação e amizade entre seus participantes e incrementar medidas de confiança mútua” entre o EB e as FAG (BRASIL, 2019). As RRIM são realizadas, anualmente, em Macapá, no estado do Amapá, e em Caiena, capital da Guiana Francesa, em sistema de rodízio, e tem como principais objetivos “a troca de experiências e conhecimentos de interesse comum e que afetam diretamente o controle e a segurança na faixa de fronteira entre os países participantes” e “incrementar o intercâmbio de procedimentos comuns e complementares na faixa de fronteira entre os países” (BRASIL, 2019, p. 2-3).

É importante ressaltar que a criação da 22ª Bda Inf SI, uma Grande Unidade comandada por um Oficial-General, proporcionou uma maior projeção do EB junto à Guiana Francesa, que já possuía um Grande Comando Conjunto ativado em seu território, fortalecendo a interlocução entre os dois exércitos na faixa de fronteira.

Fruto dos entendimentos firmados entre o EB e as FAG durante as RRIM, atualmente, no campo das Atividades Operacionais, existe uma grande interação entre as forças militares brasileiras e francesas na faixa de fronteira. Mensalmente, os dois exércitos executam, simultaneamente, em seus respectivos territórios, de maneira “espelhada”, a Operação *Gran Rochelle*, um exemplo concreto da cooperação franco-brasileira no combate às ameaças securitárias transnacionais existentes na faixa de fronteira entre os dois países.

A Operação *Gran Rochelle* se caracteriza pela execução de ações de patrulhamento fluvial e terrestre na região da fronteira entre o Brasil e a França, a fim de “coibir delitos transfronteiriços e ambientais, como tráfico de drogas, tráfico humano, migrações ilegais e garimpo ilegal” (BRASIL, 2023). Durante essas operações, além da cooperação do EB com o 3º Regimento Estrangeiro de Infantaria – 3º REI (*3e Régiment étranger d’infanterie*), representando as FAG, as ações são coordenadas com outros órgãos governamentais brasileiros, como a Polícia Federal e órgãos de segurança pública do estado do Amapá, contribuindo para fortalecer a presença do Estado brasileiro naquele grande vazio demográfico (BRASIL, 2023).

Além dessa operação mensal, semestralmente, as tropas militares brasileiras e francesas conduzem a Operação Jararaca, mais um resultado tangível da cooperação entre os dois países no campo da defesa e segurança. Trata-se de uma operação combinada, cujo posto de comando tático é operado pelo EB ou pelas FAG, em sistema de rodízio, e “visa paralisar

os fluxos logísticos relacionados com a atividade ilegal de garimpo de ouro no rio Oiapoque” (FRANÇA, 2022, tradução nossa).⁵

À primeira vista, pode parecer preocupante a presença de militares operando na fronteira, entretanto, Medeiros Filho (2023, p. 52) destaca que essa dinâmica “tende a ser vista não como uma ameaça, mas sim como um fator de segurança, na medida em que os vizinhos compartilham problemas e percepções de ameaças comuns (ilícitos transnacionais)”.

Ainda na esfera das Atividades Operacionais e no campo tangível da cooperação franco-brasileira em defesa e segurança, em março de 2023, a França realizou, na Guiana Francesa, o Exercício *Fer de Lance*, o maior exercício conduzido pela França na América Latina, que contou com importante participação de militares brasileiros. O exercício foi baseado em um cenário de crise humanitária em um país fictício, dentro da área de responsabilidade das FAG, que exigiu o desdobramento de uma força multinacional para realizar a evacuação de nacionais franceses e cidadãos europeus (FRANÇA, 2023b).

Na primeira fase do *Fer de Lance*, foi realizado um exercício de posto de comando, a fim de permitir o adestramento do *Poste de commandement interarmées de théâtre* (PCIAT) das FAG (FRANÇA, 2023b). Durante esta fase, um oficial do Estado-Maior da 22ª Bda Inf Sl e um oficial do Estado-Maior do Comando de Fronteira Amapá/ 34º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmdo Fron AP/ 34º BIS) participaram como Oficiais de Ligação (O Lig), respectivamente, no PCIAT das FAG e no Posto de Comando do 3º REI, acompanhando todos os procedimentos de planejamento e condução das operações por parte das tropas francesas.

Já na segunda fase, houve o desdobramento de tropas terrestres no contexto da situação hipotética criada para o exercício (FRANÇA, 2023b). Nessa fase, o Brasil se fez presente com um Pelotão de Fuzileiros de Selva (Pel Fuz Sl), subordinado ao Cmdo Fron AP/ 34º BIS, sediado em Macapá, que constituiu a 2ª Companhia do 3º REI. Nessa ocasião, a tropa brasileira teve a oportunidade de operar em conjunto com as tropas francesas, bem como de realizar diversas instruções e treinamentos junto com as FAG, reforçando os laços táticos já existentes entre as tropas e permitindo a troca de experiências, conhecimentos e o intercâmbio de procedimentos comuns entre os militares.

Entretanto, essa cooperação entre Brasil e França não se limita ao EB. Durante o Exercício *Fer de Lance*, a Marinha do Brasil (MB) também participou de maneira bastante expressiva. Empregando o Navio Patrulha Iguatemi em conjunto com os Navios das FAG e das FAA, que operaram pela primeira vez na mesma área, a MB participou das missões de vigilância e interdição marítima, além de realizar, junto com os franceses, missões de reconhecimento e controle de zonas terrestres (FRANÇA, 2023b). A participação da tropa brasileira no Exercício *Fer de Lance* contribuiu para o fortalecimento da cooperação entre os dois países e seus reflexos, certamente, poderão ser verificados e quantificados pela contundência e eficácia das Operações *Gran Rochelle* e *Jararaca*.

Quanto aos Intercâmbios Doutrinários, a cooperação no campo da defesa e segurança entre o EB e as FAG também é bastante pujante na área de treinamento e ensino. Desde 1973, a França envia, regularmente, seus militares para realizarem o Curso de Operações na Selva conduzido pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), sediado em Manaus. Da mesma forma, o Brasil designa militares brasileiros para frequentarem o curso de *Chef de Section Jungle*, realizado no *Centre d'entraînement en forêt équatoriale* (CEFE), situado em Regina, na Guiana Francesa (MARQUES, 2014).

Ademais, como resultado dos entendimentos das RRIM conduzidas entre os dois países, periodicamente, o EB envia um Pel Fuz Sl do Cmdo Fron AP/ 34º BIS para realizar os estágios *Stage Aguerissement* e *Stage Combat*, ambos conduzidos pelo CEFE. Os estágios são destinados ao adestramento das pequenas frações em ambiente de selva e, durante a execução, os militares realizam instruções de pistas de combate, provas de orientação, transposição de obstáculos, resgate de feridos, sobrevivência, entre outras.

⁵ Versão no original: “vise à paralyser les flux logistiques liés à l’activité d’orpaillage illégal sur le fleuve frontière Oyapock”.

Passando para a categoria das Representações Permanentes, além dos membros da missão permanente de natureza diplomática, representados pelos adidos militares e seus auxiliares, no nível tático, o EB mantém um oficial na função de O Lig do Exército Brasileiro junto ao *État-major interarmées* (EMIA/ FAG) e a MB um oficial na qualidade de O Lig na seção de Operações Marítimas do EMIA/ FAG, ambos em Caiena, na Guiana Francesa. A presença desses oficiais brasileiros aproxima ainda mais as Forças Armadas dos dois países, além de facilitar a interlocução e a coordenação das atividades de cooperação no campo da defesa e segurança acordadas entre o Brasil e a França.

Finalmente, no âmbito das Comemorações, Competições e Visitas Protocolares, verifica-se que as atividades são bastante intensas, tanto no nível tático quanto no nível político. Em abril de 2023, durante a Operação Jararaca, uma importante interação entre Brasil e França, no nível político, que materializa o estreitamento dos laços de cooperação no combate aos delitos transfronteiriços, foi a visita de uma comitiva francesa, liderada pela Senadora Joëlle Garriaud-Maylam, presidente da Assembleia Parlamentar da OTAN e membro do Comitê Permanente do Senado francês para Relações Exteriores, Defesa e Forças Armadas, ao Posto de Comando Combinado estruturado nas instalações da Companhia Especial de Fronteira (CEF) do EB, localizada em Clevelândia do Norte, no Amapá. Na ocasião, a comitiva conheceu as dificuldades, principalmente logísticas, que devem ser superadas durante o emprego das forças militares na região fronteira (ARAÚJO, 2023).

No nível tático, as atividades de integração entre os dois exércitos são mais constantes. Anualmente, como resultado dos entendimentos firmados entre os dois exércitos, uma comitiva da FAG é acolhida em Macapá, a fim de participar do desfile militar em comemoração à Independência do Brasil, no dia 7 de setembro. Além disso, o EB acolhe uma comitiva do 3º REI nas instalações da CEF, em Clevelândia do Norte, durante as comemorações do Dia do Exército e do Dia do Soldado.

Na mesma medida, as FAG acolhem uma comitiva do EB em Kourou, por ocasião das comemorações alusivas à Batalha de Camerone, celebrada em 30 de abril. Ainda, em Caiena e Kourou, militares do EB, sediados em Macapá, participam das atividades alusivas à Tomada da Bastilha, ocorrida em 14 de julho de 1789, data em que é celebrado o Dia Nacional da França. Em todas estas oportunidades, tanto em território brasileiro quanto em território francês, além das formaturas militares, são realizadas competições esportivas envolvendo os dois exércitos, a fim de reforçar os laços de integração entre as tropas na faixa de fronteira.

Logo, verifica-se que as atividades da diplomacia militar conduzidas pelo EB junto às FAG, na fronteira entre os dois países, são muito ativas e bastante produtivas, principalmente no nível tático.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, buscou-se analisar a contribuição da diplomacia militar, desenvolvida pelo EB junto às FAG, para o incremento da cooperação, na área de defesa e segurança, na fronteira entre Brasil e França.

A região da fronteira entre os dois países, materializada pelo Estado brasileiro do Amapá e pela Guiana Francesa, é uma região bastante sensível, por ser palco de inúmeras ameaças transnacionais, entre as quais podem ser destacados o garimpo ilegal, a imigração ilegal e as demais ameaças envolvendo as questões ambientais. Tais ameaças são potencializadas pela condição periférica, tanto do estado do Amapá, em uma perspectiva brasileira, quanto da Guiana Francesa, sob uma ótica das prioridades da França.

No Brasil, embora os documentos de defesa de mais alto nível ressaltem a importância da região amazônica e das fronteiras brasileiras, que, teoricamente, exigem a participação mais ativa do Estado, na prática, verifica-se que a fronteira com a Guiana Francesa é colocada em segundo plano. Conforme discutido no texto, o estado do Amapá possui peculiaridades estratégicas que deveriam ser objeto da atenção e prioridade por parte do Brasil. Retomando o destaque feito por Denys e Parzianello (2021), a simples presença da França, relevante *player* do cenário internacional, deveria atrair

a atenção do Brasil para a região. Além disso, de fato, do ponto de vista da soberania brasileira, as ameaças transnacionais existentes na área tornam a região vulnerável a discursos securitizadores por parte de atores internacionais.

Entretanto, a partir da análise da atuação do EB naquela região fronteiriça, constata-se que a cooperação franco-brasileira vem se tornando mais ativa no campo da defesa e segurança. A partir da implantação da 22ª Bda Inf SI, verifica-se que a interlocução com as FAG ficou fortalecida. Desta forma, no nível tático, a cooperação entre os dois países se encontra nos melhores níveis de aproximação, com a realização de inúmeras atividades conjuntas de combate às ameaças transnacionais comuns. Contudo, essas ações se mostram quase como um esforço isolado por parte do EB e das Forças Armadas, exigindo a participação e o esforço de outros órgãos e agências governamentais, que possuem uma presença pequena, quando comparada às dimensões dos problemas e ameaças existentes na região.

Nesse contexto, constata-se que o estabelecimento de canais de diálogo entre os militares dos dois países é fundamental para a construção de um ambiente de confiança e cooperação mútua. Desta feita, resta evidente que a diplomacia militar contribui sobremaneira para o fortalecimento da cooperação franco-brasileira, especificamente no campo da defesa e segurança, em que pese ainda existir espaço para uma cooperação mais intensa.

Por fim, diante desse cenário, no qual as ameaças transnacionais estão cada vez mais presentes na faixa de fronteira entre Brasil e França, é imperativo que os governos brasileiro e francês avancem na cooperação nas diversas áreas, procurando dirimir as inúmeras dificuldades existentes para uma aproximação mais efetiva, a fim de garantir a estabilidade naquela região tão relevante para os dois países.

Referências

ABIB, Gustavo; HOPPEN, Norberto; HAYASHI JUNIOR, Paulo. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 6, p. 604-616, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020130608>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ANDRADE, Aislan Carvalho. O emprego do Exército da França em território francês. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 8, n. 23: 54-61. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/view/6389>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARAÚJO, Luke. **Presidente parlamentar da OTAN visita Brasil para conhecer trabalho militar entre Guiana Francesa e Amapá**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/04/16/presidente-parlamentar-da-otan-visita-brasil-para-conhecer-trabalho-conjunto-entre-guiana-francesa-e-amapa.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 8.838, de 17 Ago 2016, Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças**, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8838.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 310-EME, de 21 de outubro de 2019, Aprova a Diretriz para Orientação, Execução, Acompanhamento, Coordenação e Controle das Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) e dá outras providências**. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_310_eme_21out2019.html. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, 2020 Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 653, de 6 de julho de 2020, Aprova a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional – DAEBAI (EB10-D-01.006)**, 2020a. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/01_comando_do_exercito/port_n_653_cmdo_eb_06jul2020.html. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. 2023. **Exércitos Brasileiro e Francês realizam ações de combate a crimes em fronteira com Guiana**. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/U3X7kX8FkEXD/content/id/16587206. Acesso em 27 ago. 2023.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. 2024. **Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027**.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of international studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. Reshaping Defence Diplomacy: New Roles for Military Cooperation and Assistance. **Adelphy Papers** n. 365. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DENYS, Debora V. S. B; PARZIANELLO, Gerson R. **A Fronteira Brasil-França (Guiana Francesa): Desafios Contemporâneos para o Aprimoramento da Cooperação Internacional na Área de Defesa**. Trabalho de Conclusão de Curso em Especialidade em Altos Estudos em Defesa, Escola Superior de Defesa, 34p, 2021. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1514>. Acesso em: 17 ago. 2023.

DOCAS DE SANTANA. **Porto de Santana (AP) registra recorde nas exportações de grãos**. Docas de Santana - Autoridade Portuária, 23 fev. 2023. Disponível em: <http://www.docasdesantana.com.br/index.php/noticias/427-porto-de-santana-ap-registra-recorde-nas-exportacoes-de-graos>. Acesso em: 22 jun. 2023.

DU PLESSIS, A. Defence diplomacy: conceptual and practical dimensions with specific reference to South Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 30, n. 2, p. 87-119, 2008. Disponível em: <https://repository.up.ac.za/handle/2263/10381>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FITZPATRICK, Michael. **Police arrest suspect in investigation of Guiana gendarme killing**. RFI, 2023. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/france/20230410-police-arrest-suspect-in-investigation-of-guiana-gendarme-killing>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANÇA. **Livre Blanc Défense et Sécurité Nationale**. 2013. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/dgris/politique-defense/livres-blancs>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANÇA. Ministère Des Armées. **FAG – Bilan de l'opération franco-brésilienne JARARACA**, 2022. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/actualites/fag-bilan-loperation-franco-bresilienne-jararaca>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANÇA. Ministère Des Armées. **Livret de présentation de la Loi de Programmation Militaire 2024-2030**, 2023. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/actualites/livret-presentation-loi-programmation-militaire-2024-2030>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANÇA. Ministère Des Armées. **Forces Armées en Guyane**. 2023a. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/forces-prepositionnees/forces-souverainete/forces-armees-guyane>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANÇA. Ministère Des Armées. **FAG – Bilan de l'exercice majeur FER DE LANCE**. 2023b. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/actualites/fag-bilan-lexercice-majeur-fer-lance>. Acesso em: 27 ago. 2023.

GRIGOLI, G. de A.; CASTRO, L. A. P. A ONU e a Diplomacia militar: a influência das agendas nacionais na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 62, p. 92-109, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/122070>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LANDIM, Hiarley Gonçalves Cruz. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese de Doutorado em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, Vandrê Rolim. **A Estratégia da Dissuasão do Brasil e defesa da Foz do Amazonas**. Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2022. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11313>. Acesso em: 11 set. 2023.

MARQUES, Adriana A. A Amazônia Francesa: as percepções militares sobre o Departamento Ultramarino Francês na América do Sul e as possibilidades de cooperação em segurança e defesa na fronteira franco-brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 29, n. 59, p. 74-87, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/191/167>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas Fronteiras Amazônicas: Entre a Border e a Frontier". **Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares**, v. 14, n. 49, p. 77-97, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/cmm.a023>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MEDEIROS FILHO, O. Cooperação militar e fronteiras na Amazônia: O caso do Brasil e da Colômbia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 2, 2024. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75325>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de; PEREIRA, Germano Botelho; MARQUES, Guilherme Ramon Garcia; NASCIMENTO, Gustavo Daniel Coutinho. O Brasil no processo de securitização ambiental da Amazônia – ações e evidências. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ompv.eceme.eb.mil.br/images/geop/amazonia/o-brasil-no-proc.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MUTHANNA, Kodendera Arjun. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, v. 5, n. 1, Índia, 2011. Disponível em: https://www.idsa.in/system/files/jds_5_1_kamuthanna.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

PETROBRAS. 2024. **Petrobras - Fatos e Dados – Descubra o que é a Margem Equatorial, importante fronteira offshore do Brasil**. Petrobras, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/nossas-atividades/margem-equatorial>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, J.; NASCIMENTO, D. (Orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades**, p. 139-160, Macapá: Publit, 2010.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24563/24563.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane. Desafios Multidimensionais para a Cooperação Transfronteiriça entre França e Brasil 20 Anos Depois (1996-2016). **Geographia**, ano 18, n. 38, p. 27-50, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13772/8972>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; LE TOURNEAU, François-Michel. Desafios à Circulação na Fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). **Mercator**, v. 18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18018>. Acesso em: 27 set. 2023.

STUDART, Álvaro V. **O soldado além da guerra: ações do Exército na diplomacia de defesa brasileira a partir de 2005**. Tese de Doutorado em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg Vilhena. Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional amazônica: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense”. **Revista Intellector**, v. XI, n. 22, p. 129-147, jan/jun 2015. Disponível em: <https://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/278/221>. Acesso em: 27 set. 2023.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco C. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço”. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 3, p. 73-97, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/pracs.2016v9n3.p73-97>. Acesso em: 27 set. 2023.

Funções de colaboração exercidas

José Maria Sydow de Barros:

Conceituação; Metodologia; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Celso Montenegro Justo:

Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)